


A “ONGrização” da educação pública

The “NGOrization” of public education

La “ONGización” de la enseñanza pública

Matheus Cabral Ribeiro Correa¹

 <https://orcid.org/0000-0002-8787-5445>

Maria Tereza Goudard Tavares²

 <https://orcid.org/0000-0002-9856-5098>

Resumo: A “ONGrização” da educação pública faz parte de um dos tentáculos de um “novo capitalismo” (Souza, 2012; Dardot e Laval, 2016). O sistema capitalista está privatizando a educação pública por substituição (Catini, 2021), o que significa sucatear o sistema público de ensino, oferecendo como contrapartida à educação privada de projetos, sobretudo com ONGs. Estas, por devoção ou necessidade, sabendo disso ou não, contribuem para o aumento das desigualdades sociais, apesar de terem um discurso benevolente, engajador e de transformação da educação dos mais pobres. Por meio do estudo teórico em um grupo de pesquisa sediado em uma Universidade Pública e protagonizado por professoras da rede pública, e através da experiência profissional em ONGs de um dos autores deste artigo, problematizamos os processos pedagógicos de duas ONGs em contextos diferentes, a saber: 1) a ONG Colheita atuante no lixão de Jardim Gramacho/Duque de Caxias (contexto “fora da escola”) e 2) a ONG Plantando o novo atuante em uma escola municipal no Leblon/RJ (contexto “dentro da escola”).

Palavras-chave: Organizações não-Governamentais. Privatização da Educação. Novo capitalismo.

Abstract: The “NGOization” of public education is part of one of the tentacles of a “new capitalism” (Souza, 2012; Dardot and Laval, 2016). The capitalist system is privatizing public education by substitution (Catini, 2021), which means scrapping the public education system in exchange for private education projects, especially with NGOs. These, out of devotion or necessity, whether they know it or not, contribute to increasing social inequalities, despite having a benevolent, engaging discourse about transforming education for the poorest. Through theoretical study in a research group based at a public university and led by public school teachers, and through the professional experience in NGOs of one of the authors of this article, we problematized the pedagogical processes of two NGOs in different contexts, namely: 1) the NGO Colheita working in the Jardim Gramacho/Duque de Caxias garbage dump (context “outside the school”) and 2) the NGO Plantando o novo working in a municipal school in Leblon/RJ (context “inside the school”).

Keywords: Non-governmental organizations. Privatization of education. New capitalism.

¹ Mestre em Educação pela Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP/UERJ). Doutorando em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). E-mail: cabralepedagogia@gmail.com

² Pós-Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP/UERJ). E-mail: mtgtavares@yahoo.com.br

Resumen: La «ONGización» de la educación pública forma parte de uno de los tentáculos de un «nuevo capitalismo» (Souza, 2012; Dardot y Laval, 2016). El sistema capitalista está privatizando la educación pública por sustitución (Catini, 2021), lo que significa desguazar el sistema educativo público a cambio de proyectos educativos privados, especialmente con ONG. Estas, por devoción o necesidad, lo sepan o no, contribuyen a aumentar las desigualdades sociales, a pesar de tener un discurso benévolo, comprometedor y transformador de la educación de los más pobres. A través del estudio teórico en un grupo de investigación con sede en una universidad pública y dirigido por profesores de escuelas públicas, y de la experiencia profesional en ONGs de uno de los autores de este artículo, problematizamos los procesos pedagógicos de dos ONGs en contextos diferentes, a saber: 1) la ONG Colheita que trabaja en el vertedero Jardim Gramacho/Duque de Caxias (contexto «fuera de la escuela») y 2) la ONG Plantando o novo que trabaja en una escuela municipal de Leblon/RJ (contexto «en la escuela»).

Palabras-clave: Organizaciones no gubernamentales. Privatización de la educación. Nuevo capitalismo.

Introdução

O artigo em tela é resultante de experiências profissionais e de estudos em um grupo de pesquisa sediado em uma Universidade Pública.

Nessa perspectiva, do ponto de vista de sua estrutura argumentativa e metodológica o presente texto objetiva inter-relacionar a trajetória profissional e acadêmica de um dos autores do artigo, como pedagogo atuando em contextos de educação não formais, a partir de projetos sociais desenvolvidos por Organizações Não-Governamentais (ONGs) em favelas de periferias urbanas, e o trabalho acadêmico realizado no grupo de pesquisa que investiga o direito à educação da infância e os componentes territoriais que constroem e/ou possibilitam o acesso à educação pública na contemporaneidade. A metodologia empregada consistiu em observações participantes de cunho etnográfico registradas em um diário de campo do pesquisador-profissional-professor deste artigo. O material de campo foi discutido no grupo de pesquisa protagonizado por professoras da rede pública de ensino e orientado pela segunda autora deste trabalho.

Em linhas gerais, o artigo relaciona o trabalho de “reforço escolar” conduzido por ONG’s “dentro” e “fora” das escolas públicas com o processo de privatização da educação pública. Com o estabelecimento de parcerias privadas junto às redes públicas de Educação ou por meio de projetos sociais externos às escolas, com o objetivo de promover a contenção do fracasso escolar, as ONG’s assumem o papel de prestadoras de serviços, de “Parceiras”, supostamente benevolentes e transformadoras.

Para esse trabalho, elencamos dois contextos de pesquisa onde o autor-profissional deste artigo atuava como pedagogo. O primeiro deles é o lixão de Jardim Gramacho, em Duque de Caxias, município do estado do Rio de Janeiro. Lá, conservou-se por décadas o maior aterro sanitário da América Latina, desativado formalmente em 2012, mas ainda ativo de maneira clandestina. Nesse

contexto, analisamos o trabalho pedagógico de reforço escolar com crianças e adolescentes na ONG Colheita³ (contexto “fora da escola”).

O outro cenário é atuação da ONG “Plantando o novo” em uma determinada escola municipal (contexto “dentro da escola”), no bairro do Leblon, Rio de Janeiro, que recebe crianças, em sua maioria, da Favela da Rocinha e do Vidigal, na qual, a ONG oferece serviços de reforço escolar em alfabetização com professores da Instituição, ou seja, com profissionais que não são da rede pública de ensino.

No que diz respeito ao cenário mais trágico e com o qual tivemos mais contato – o lixão de Jardim Gramacho –, destacamos que as famílias do bairro recorrem demasiadamente ao “projeto” na busca de assistência social e suporte junto às atividades do colégio. Isso ocorre em virtude de que o poder público não assiste às famílias em várias dimensões da vida cotidiana, à medida que, em sua maioria, são pessoas destituídas de seus direitos mais básicos, a exemplo de documentos fundamentais, tais como certidão de nascimento, carteira de identidade, cartão de vacinas, título de eleitor/a, dentre outros.

Estamos falando de um enorme lixão a céu aberto, no qual crianças, adolescentes e suas famílias vivem, trabalham e estudam de forma muito precária e muitas vezes desumanizada. Todavia, o cenário trágico e de miséria não se modifica com as intervenções dos projetos sociais, por um motivo óbvio: se as ONGs resolverem o problema, elas deixam de existir. Assim, o terceiro setor parece esconder uma lógica capitalista, como sempre perversa, que: 1) Necessita da “falha” do primeiro setor (Estado/rede pública) para existir; e 2) Promove uma intervenção paliativa/neoliberal para não deixar de existir.

O processo é dissimulado, posto que, de modo geral, a ideologia de trabalho que se torna visível para as professoras, professores e demais profissionais da rede e dos projetos sociais é uma espécie de sentimento de benevolência e de reforço genuíno diante dos desafios da educação pública, ao passo que esconde um processo sistemático de descrédito e sucateamento do ensino público. No caso específico da ONG Colheita, a experiência prolongada de trabalho apontava para essa dissimulação. O educador e a educadora que ingressava na Instituição alimentava o sentimento de estar colaborando com uma agenda de transformação social, de ativismo e intervenção direta nos problemas

³ Destaca-se que os nomes das instituições e dos sujeitos mencionados são fictícios, como forma de manter a segurança, privacidade e anonimato dos sujeitos da pesquisa e dos próprios pesquisadores, sendo um deles, como mencionamos, funcionário das duas ONGs analisadas.

locais. Mas, conforme o tempo passava, os/as profissionais sentiam uma sensação de estar *enxugando gelo*⁴.

Além disso, a “ONGrização” não é um fenômeno apenas fora da escola, mas dentro da instituição educativa também. Diversas ONG’s, como a ONG “Plantando o novo” em nossa pesquisa, financiadas pelo alto empresariado, prestam serviços para escolas públicas, fornecendo professores de reforço para atuar dentro da escola em horário letivo, em condições de trabalho intermitentes e flexibilizadas. As Instituições financiadoras colocam *fiscalizadores* nas escolas, chamados por gerentes e coordenadores de projeto de *facilitadores*, para acompanhar os processos pedagógicos desenvolvidos junto Instituição escolar.

Essas entidades privadas também inserem pautas de atividades para os/as professores/as da rede, que precisam ser cumpridas pelos docentes, além das demandas cotidianas do trabalho pedagógico já existentes. O empresariado está querendo pautar a educação pública dentro e fora da escola, fazendo da lógica empresarial um modelo para a prática administrativa do setor público de ensino.

Diante desta breve introdução, propomos a discussão das seguintes questões: 1) as mudanças estruturais no modo de produção capitalista e, sobretudo, no seu *espírito*, para alcançar o fenômeno da ONGrização da educação pública, como um dos tentáculos de um “novo capitalismo”(Boltanski; Chiapello, 2009; Dardot; Laval, 2016; Souza, 2012); 2) o cotidiano pedagógico “ONGrizado” dentro e fora da escola, por meio da problematização da atuação profissional de um dos autores deste artigo, com o embasamento teórico (Catini, 2019). A partir da busca de aprofundamento dessas questões, seguiremos, enfim, para as considerações finais.

Antes de iniciar a discussão, torna-se fundamental ressaltar uma questão importante. Em diálogo com uma séria militante social - mulher, negra, expressiva educadora popular e militante do Movimenta Caxias, um dos principais movimentos sociais da baixada fluminense do estado do Rio de Janeiro -, que trabalhou com um dos autores deste artigo em Jardim Gramacho, na ONG Colheita, sentimos a necessidade de delimitar quais ONGs contemplam o objeto de crítica.

Certo dia, a militante e companheira afirmou: “Calma na crítica, porque quando você fala de ONGs, você também está falando de movimento negro, Sueli Carneiro...”. Desse modo, salientamos que as análises críticas referentes às ONGs estão voltadas para as “entidades sem fins lucrativos”

⁴ Escutei esta expressão dita pelo coordenador pedagógico e por uma educadora; ambos são antigos na Instituição. Ademais, reforçamos essa assertiva diante dos seis anos de atuação no local do presente autor-pesquisador. No entanto, diversos voluntários e educadores que passaram pela ONG, permanecendo por muito ou pouco tempo, conservam o sentimento de transformação social no trabalho da Instituição, o que, ao nosso ver, reflete um recalque diante daquilo que os profissionais não querem ver e saber (Bourdieu, 2007): o fato de a ONG ser incapaz de transformar objetivamente a realidade social ao seu redor.

(ONGs), que, por devoção ou não, estão em sintonia direta com a lógica neoliberal do mercado financeiro, sabendo disso ou não.

Ainda que o sistema capitalista englobe quase tudo e todos, alcançando também os movimentos sociais, ambientais, feministas, negros etc., não estamos nos referindo a estas organizações, posto que, antes de qualquer envolvimento com a lógica neoliberal, trata-se de “tecnologias de sobrevivência”, como conceitua a militante em diálogo com a produção científica dos movimentos negros. Portanto, tendo em vista os objetivos do artigo e a atenção exigida por parte dessa liderança comunitária, especificamos a que ONGs nos referimos.

Além disso, o objetivo do artigo não é criminalizar os projetos sociais, os quais são, muitas vezes, as únicas instituições que amparam as populações pauperizadas. Vidas são impactadas de algum modo, mesmo que de forma assistemática, pontual, assistencialista. Entretanto, o objetivo é apontar as contradições dessa realidade, sobretudo no que diz respeito à educação pública, tendo em vista uma análise estrutural do “novo capitalismo” em voga, que dissimula o processo de dominação e exploração das pessoas e instituições sociais por meio das ONGs.

O “novo” capitalismo

Para compreendermos de forma mais profunda as artimanhas neoliberais contemporâneas, alcançando, enfim, o fenômeno da ONGrização da educação pública, é importante discutir a mudança do *espírito* e modo de produção capitalista, a partir, sobretudo, dos anos de 1990, pois grande parte da sua capacidade antropofágica atual deriva dessa redefinição ideológica e produtiva.

Segundo o sociólogo brasileiro Jessé Souza (2012), amparado nos estudos de Boltanski e Chiapello (2009) e seguindo a tradição Weberiana, há uma redefinição nos modos de produção e, especialmente, na cultura (*espírito*) do capitalismo na década de 1990, como forma de responder aos movimentos contra hegemônicos que pipocavam pelo mundo no período fordista.

A época fordista, nascida em 1914 nos Estados Unidos, de acordo com o autor, é marcada por um compromisso ambíguo entre capitalistas e trabalhadores, em que: de um lado, a produção em massa requeria trabalho repetitivo, controlado e hierarquizado, mas, por outro lado, estimulava o mínimo de conforto para a classe trabalhadora usufruir dos produtos da produção (consumo de massa), dando-lhe minimamente um tempo de lazer, descanso e salários regulados. Certamente, tal período era vivido mais como um “mito americano” do que como uma efetiva melhora das condições de vida proletária nacional e internacional, visto que o fordismo sempre manteve, em seu âmago, os marginalizados, limitando as benesses sociais aos trabalhadores dos setores monopolistas e alimentando o seu lucro por meio do domínio militar em países satélites.

A partir de 1950, no período de pós-guerra, o fordismo passa a se expandir para o continente europeu. Os capitalistas precisavam dos trabalhadores para a reconstrução dos países devastados pela segunda guerra mundial e para evitar a “ameaça comunista”. Deste modo, houve a formação de sindicatos para negociar acordos entre patrão e empregado, estímulos ao consumo de massa, escolas para os filhos dos trabalhadores como um “pacto social-democrata”. Todavia, o fordismo necessitava de controle ininterrupto dos trabalhadores, que a qualquer momento podiam se rebelar, e de controle de outros países, por meio do poder militar, para garantir matérias-primas a baixo custo.

À vista disso, destaca o autor, os gastos com vigilância e controle dos trabalhadores, além de baixarem os lucros e a produtividade, tornavam as fábricas e locais de trabalho uma verdadeira trincheira, uma epopeia da “luta de classes”. Junto a isso, o “compromisso de classe fordista” acabava proporcionando uma geração de jovens educados pelo Estado de bem-estar e movimentos sindicalistas da classe trabalhadora, que se tornaram o “ovo da serpente” para as próprias classes dominantes, como a geração de maio de 1968, na França. Ainda, o poder militar, sobretudo, do imperialismo americano, em outros países, tornava-se custoso demais, agravando-se com a crise do Petróleo (1973).

Nesse cenário de exploração e pactos fordistas, como destaca o sociólogo brasileiro, os capitalistas mobilizaram-se de duas maneiras, visando retomar o aumento das taxas de lucro, ao mesmo tempo em que docilizam o proletário propenso à revolução, a saber: 1) A diluição da luta de classes por meio da produção flexível; 2) A conquista do coração dos trabalhadores pelo sequestro e reconversão da linguagem da emancipação.

Ainda em diálogo com Souza (2012), nota-se que um novo modo de produção material é importado para o Ocidente (o *toyotismo* japonês), com seu “patriotismo de fábrica”, isento de tradição revolucionária de luta de classes. Com isso, os endinheirados puderam cortar gastos com vigilância e controle, tendo em vista a produção de uma nova cultura (*espírito*) capitalista, em que o trabalhador é convidado a “vestir a camisa da empresa”.

Destarte, muitas empresas começam a contratar mão de obra jovem, sem passado sindical, e a educá-la com palavras de ordem progressistas reconvertidas, como, por exemplo: a crítica da rotina monótona e impessoal do mercado de trabalho se torna, na linguagem neoliberal, a busca de criatividade e originalidade para inovar no meio corporativo; e a autodescoberta como reivindicação diante da rotina mecânica do capitalismo transforma-se em momentos de meditação oferecidos pela empresa, a fim de resignar o trabalhador, tornando-o *cúmplice* de seu assujeitamento (Dardot; Laval, 2016).

Ademais, o modo de produção flexível gera uma produção de pequeno porte, limitada à esfera familiar e sem vínculo institucional, a exemplo dos trabalhadores de aplicativos ou pequenos “empreendedores”, o que, além de precarizar as garantias sociais do trabalhador, dilui a dicotomia

patrão/empregado. Ou seja, vai dissolvendo a luta de classes, convidando o trabalhador a ser o “patrão de si mesmo”.

O resultado disso é um amontoado de indivíduos que não se enxergam como classe trabalhadora explorada, mas como “patrões de si mesmo” ou “colaboradores” do Capital, os (auto)denominados empreendedores. Em busca de serem “a melhor versão de si mesmos”, os trabalhadores se embebedam diariamente de veneno neoliberal, defendendo os interesses do Capital e responsabilizando ainda mais o indivíduo pelas mazelas sociais. É um “Adeus ao proletariado?” (Gorz, 1980).

Ao mesmo tempo, os capitalistas, além de lucrarem com o exército de indivíduos precarizados e sem garantias sociais, tornaram-se credores do Estado, por meio da sonegação sistemática de impostos, que obrigou o poder público desmantelado a pedir emprestado aos empresários aquilo que eles deviam ter pagado pela cobrança fiscal, constituindo dívidas públicas criminosas e nunca auditadas (Souza, 2012).

Os grupos e organizações capitalistas, portanto, começaram a dismantelar qualquer seguridade social da classe trabalhadora até então equilibrada, mesmo que precariamente, pelo Estado, além de diluírem a identidade dos trabalhadores enquanto classe. Assim, a “nova classe trabalhadora” (Souza, 2012) que está se formando consiste em um indivíduo sem vínculo sindical e experiência de mobilização por greves (com alguns casos de cláusulas no contrato de proibição de manifestações), com salário achatado e mobilizado subjetivamente a “matar um leão por dia”, por conta própria, para (sobre)viver, seja numa empresa ou no próprio negócio. Parece ser uma derrocada de qualquer sonho coletivo em detrimento da construção de esperanças individualizadas e desenraizadas.

Esse “novo capitalismo”, que podemos chamar de flexível/financeiro, chega no Brasil em meados da década de 1990, e é levado a cabo, sobretudo, pela Presidência de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2003). O Estado torna-se refém/devedor dos bancos e empresariado, ao passo que a classe trabalhadora se organiza como um amontoado de indivíduos obrigados a empreender informalmente ou submetidos às sazonalidades das novas demandas do mercado de trabalho. Com a produção flexível, os nichos de mercado surgem por demanda e com muita efemeridade (diferente da produção fordista de larga escala e estandardizada)⁵, flexibilizando, também, a utilidade do trabalhador, que precisa dia após dia *evitar que o leão o coma*.

Mesmo assim, o Capital mantém o engajamento do trabalhador na dinâmica produtiva (lucrativa), que parece se entregar ao *amor fati*, ao destino social imposto (Bourdieu, 2012), com uma série de linguagens pseudoemancipadoras, segundo a qual “empreendedorismo” é o grande mote.

⁵ É claro que ainda está em voga esse modelo de produção, mas não só e não tão estrutural.

Diante desse cenário, o capitalismo não precisa mais de uma classe trabalhadora no estilo fordista, mas de “prestadores de serviços” precarizados, desorganizados e assujeitados à lógica da competição individual e mortífera, na qual o “salve-se quem puder” parece expressar a lógica do Deus mercado (Dardot; Laval, 2016). Na seção seguinte, procuraremos trazer essas questões para o campo da educação pública, para as relações ONGs e escola pública.

A ongrização da educação

No âmago desse cenário, os tentáculos do “novo” Capital se expandem para a educação. O grande objetivo é a privatização total do Estado e da sociedade, que devem sucumbir aos novos “gestores públicos”, representados pelo alto empresariado, com seu exército de indivíduos prestadores de serviços. Além de controlar o mercado de trabalho, com a intervenção cada vez mais ínfima do poder público, a burguesia deseja comeder a educação pública da população (Freitas, 2018).

Carolina Catini (2021) vem pesquisando o processo de privatização da educação, que resulta no sucateamento do ensino público em detrimento da expansão das ONG’s subcontratadas pelo alto empresariado. A autora nos convoca a pensar que o neoliberalismo não apenas destrói, mas constrói. Assim, enquanto o mercado financeiro assedia o Estado com reformas neoliberais, como a reforma do ensino médio (que tem o “empreendedorismo” como *doxa* principal), o “teto de gastos” (que congela os investimentos públicos em educação) e a contratação de professores via contratos na rede pública (com obstáculos contratuais para associação em greves), esse mesmo poder financeiro oferece como contrapartida a sua educação de projetos.

Catini (2021) dá nome aos bois, a saber: Todos pela educação, Parceiros da Educação, Fundação Lemann, Instituto Ayrton Senna, Instituto Natura, Instituto Moreira Sales, Instituto Alfa e Beta. Fundação Tide Setúbal, Instituto Unibanco, dentre vários outros. A autora elucida como o fenômeno que discutimos anteriormente adentra no campo educacional:

Longe de buscar a passividade de estudantes, segundo o jargão em voga, os modelos pedagógicos em implementação hoje requerem “liderança”, “empreendedorismo” e “protagonismo juvenil”, por meio da implementação das “metodologias ativas”, “salas de aulas invertidas”, “ensino híbrido”, “espaços makers” e realização de “projetos de vida” [...] O alto empresariado nacional apresenta suas ações como atividades “sem fins lucrativos” e promotoras de engajamento nas causas sociais enquanto parte da juventude que não tem mais nada a que vender – ou investir – além de sua própria pele, se autorrepresenta como “ativista” do próprio empreendedorismo, ostentando um modo de vida “empoderado”, “autossustentável”. Desse modo, a empresa privada pode aparecer livre da forma empresarial e a juventude trabalhadora como simulacro de empresas de si mesmos. Talvez isso ocorra porque, de fato, há uma espécie de ativismo empresarial que se volta para os direitos sociais de trabalhadores e trabalhadoras, enquanto a militância juvenil – por adesão ou por necessidade – acaba representando papel de devoção ao capital (Catini, 2021, p. 91-92).

Trazemos mais uma citação direta da autora, que aponta para as contradições centrais desse processo:

Chegamos ao ponto em que se tornou aceitável que uma instituição bancária, com todo lucro do qual dispõe, não apenas tenha se posicionado como educadora ‘popular’, mas tenha passado a falar em nome do povo, a representar as demandas da classe oposta (Catini, 2021, p. 92).

Como salienta a autora, não há responsabilidade nenhuma com a precarização das estruturas físicas das escolas e do trabalho docente, assim como, com os péssimos resultados nas avaliações nacionais, posto que, na realidade, são produzidos pelos próprios empresários, em suas incursões pelo desmantelamento do poder público. Trata-se de uma forma de produzir evidências para os investimentos nos projetos sociais.

Diante de um cenário de “neoliberalismo totalitário” (Dardot e Laval, 2016), as entidades se apresentam como sendo “sem fins lucrativos” e comportando uma equipe de profissionais que são percebidos e que se percebem como “militantes” de uma causa justa. As ONGs subcontratadas e seus profissionais nem percebem que são agenciadas pelo *holding* do Itaú Unibanco (Catini, 2021), por exemplo. Os mesmos bancos que assediam o Estado para sancionar um “teto de gastos” nos investimentos públicos apresentam-se como “parceiros” nos serviços públicos.

Os funcionários das ONGs subcontratadas pelo empresariado trabalham, em sua maioria, como voluntários ou recebem uma ajuda de custo ou salário sem vínculo empregatício. As instituições possuem pouca autonomia nos territórios, visto que dependem do financiamento privado, e o campo de ação dos projetos limita-se a “assistência social, articulações para parcerias, captação de recursos e relações de dependência” (Catini, 2021, p. 96).

Assim, os projetos sociais, como as ONG’s, ficam reféns do financiamento do empresariado, por meio de doações e, sobretudo, dos editais públicos e privados. Isso resulta, muitas vezes, em um tipo de trabalho sem vínculo empregatício e/ou voluntário para os docentes – a tal flexibilização do trabalho -, bem como em termos de serviço por parte dos contratantes, que estipulam os próprios objetivos.

É nessa direção que caminha a ONG Colheita, já mencionada, na qual a maior parte dos docentes trabalham como voluntários, recebendo apenas uma ajuda de custo. Quando a Instituição *ousou* assinar a carteira de todos os educadores e educadoras no ano de 2022, os recursos financeiros eram limitados, o que gerou atrasos de salários e, ao fim do ano, acarretou a demissão dos docentes, para buscar contratá-los posteriormente em 2023, como Microempreendedor individual (MEI).

Ademais, essa dependência financeira fez com que a equipe técnica, como os coordenadores e a assistente social, ficassem exauridos na escrita de projetos extensos para disputarem editais, sem

poderem dar atenção aos demais afazeres de sua função. A privatização da educação resulta em trabalhos precarizados e “flexíveis” reféns absolutos dos interesses do mercado financeiro. Essa é a educação, com “um Itaú de vantagens” (Catini, 2021, p. 90).

Além disso, os projetos são tomados por pedagogias neoliberais. Segundo a autora supracitada, a pedagogia neoliberal procura extrair uma “performance proativa”, especialmente da juventude pobre e periférica, convocada a ser ativista do Capital. Deste modo, menciona a pesquisadora, os jovens são educados para serem “empreendedores”, por meio de “metodologias ativas”, “sala de aula invertida”, “espaços makers”, “protagonismo juvenil”, que, ao fim e ao cabo, buscam expropriar uma personalidade empresarial dos educandos, reféns por necessidade ou até devoção ao fetiche de um ativismo identitário e militante.

Na Colheita, foi possível acompanhar de perto a participação de alguns adolescentes no Curso do Ensino Social Profissionalizante (ESPRO). A primeira questão a ser problematizada é a seguinte: só foram matriculados e com direito à participação os jovens minimamente escolarizados, no que diz respeito à alfabetização e idade-série considerada “correta”, pois não seria possível acompanhar o curso se os adolescentes não soubessem ler; além disso, ao término do processo formativo, seria impossível oferecer uma vaga de Jovem Aprendiz para um adolescente que ainda cursasse o 3º ano do Ensino Fundamental, considerado pela escola como analfabeto.

Ou seja, a “ralé” (Souza, 2018) estava à margem dessa “oportunidade benevolente” dos empresários. Por isso, em um universo de 30 adolescentes da ONG, só participaram do curso cerca de 10 adolescentes, escolhidos como “público-alvo”. Ainda neste sentido, os adolescentes que participaram do curso não compreendiam quase nada das aulas, recorrendo várias vezes aos docentes, que sem tempo e profissionais suficientes na ONG, faziam os deveres para os jovens ao invés de construírem uma relação pedagógica de ensino-aprendizagem.

Além disso, os conteúdos de todas as aulas simulavam uma realidade aos jovens, como se eles fossem gestores ou trabalhadores de uma empresa, que tinham que “tomar decisões inteligentes”, “pensar estrategicamente”, “entender o modo de funcionamento do mercado de trabalho”, “trabalhar em equipe” etc. Isso nos pareceu que, ao término do curso, todos os adolescentes do lixão de Jardim Gramacho seriam proprietários da sua própria empresa nacional e/ou multinacional.

Ademais, salienta-se que as aulas eram ministradas por professores e professoras, negros e brancos, com atravessamentos de pautas étnico-raciais, feministas etc., que não foram suficientes para transformar os adolescentes em “grandes empresários” e/ou empreendedores sociais, apesar da importância do debate para a construção da identidade e autoestima dos estudantes.

Outro aspecto importante é a diluição da luta de classes. Não é que não existam mais classes sociais na prática, mas, ideologicamente, é como se a sociedade fosse formada apenas por um

amontoado de indivíduos, que precisam ser “a melhor versão de si mesmos” para o mundo ser justo, seja branco, negro, homem, mulher, indígena ou gay. Haverá espaço para todos abrirem uma conta no banco ITAÚ, a fim de gerirem o seu pequeno negócio ou para receberem o anômalo salário de seu trabalho precarizado.

Com isso, não é preciso investir em educação pública, democrática e de qualidade, pois os projetos sociais das ONG's, contratadas pelos bancos, já são suficientes. A performance expropriada pelo Capital coloca os indivíduos na defesa dele, posto que, muitas vezes, defendem as ONG's como necessárias para as “populações carentes”, já que eles “não têm nada”. Não percebem que se trata de uma lógica fomentada pelas próprias entidades sem fins lucrativos, que, se “resolverem o problema”, não precisarão mais existir.

As grandes Fundações empresariais, o alto empresariado e as ONG's aparentam ser “benevolentes”, pois se “preocupam com os pobres”, mas, efetivamente, a pobreza não está sendo resolvida, mas remediada, controlada e até reproduzida. Em outras palavras, “chovem” projetos sociais no lixão de Jardim Gramacho, mas o bairro continua na miséria e, cada vez mais, os seus moradores/as são destituídos de direitos fundamentais, tais como saúde, educação, segurança, água e esgotamento sanitário, dentre outros.

Diante dessa realidade, houve diversos entraves internos na ONG Colheita que refletem essa lógica neoliberal de educação e assistência social. No ano de 2021, ocorreu uma “contenda interna” na Instituição, entre o coordenador pedagógico junto a um dos autores deste artigo e alguns voluntários, a partir da seguinte questão: estes idealizavam uma ação lúdica e pseudoemancipadora com as crianças e adolescentes, em que prevaleceriam as brincadeiras, rodas de conversas, socializações espontâneas; e, do outro lado, defendíamos também a proposta lúdica, mas com um viés pragmático de escolarização, pois as crianças e adolescentes não vão resolver o problema do analfabetismo e distorção idade-série apenas com atividades lúdicas e brincadeiras.

Esta situação, que causou *mal-estar* entre nós, nos parece refletir a lógica neoliberal, indiferente com a emancipação social de fato, visto que se preocupa apenas com a “performance teatral”. Outro exemplo se materializa na questão de um edital ganho pela Colheita que financiou a compra de diversos brinquedos para a Instituição, após a aplicação de uma metodologia lúdica construída pela entidade financiadora. As crianças do projeto ficaram alguns meses com atividades *brincantes* de estímulos aos valores traçados pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda de 2030, da Organização das Nações Unidas (ONU).

A *priori*, a alma pseudoemancipadora pode se emocionar com o relato dessa proposta educativa, contudo, esta não dialogou em nenhum momento com o processo de escolarização básica dos sujeitos atendidos e não se vinculou a nenhuma intervenção do Estado na emergência climática de

Jardim Gramacho. Dito de outro modo, empresas *banhadas de grana* obrigam as entidades do terceiro setor a sustarem as aulas regulares, para brincarem e conversarem com as crianças sobre coisas que elas não vivem na prática e, ainda, não serão resolvidas com rodas de conversas e brinquedos, para no fim, liberar a verba requerida pela ONG.

Contudo, é um capital destinado ao desenvolvimento de políticas públicas no bairro? Não! É *grana* orientada para a compra de um *totó* e *cama-elástica*. No final, essa realidade exposta teórica e empiricamente virará números e gráficos sobre os impactos das ações e investimentos na vida de milhares de crianças, famílias e populações pobres, reproduzindo um *fetichismo* dos números, que esconde a realidade cotidiana e concreta das vidas (não) impactadas.

Uma criança negra e pobre é convidada a dar um depoimento, à maneira das organizações religiosas, com os seus “testemunhos”, o qual é transmitido por um aparato publicitário, que gera comoção coletiva legitimadora do arranjo empresarial. A sensação de diversos educadores na ONG Colheita de estar *enxugando gelo* é sublimada para momentos *instagramáveis*, como fotos de passeios, crianças lendo um livro, uma oficina cultural pontual etc., criando um imaginário fictício de transformação social e protagonismo emancipatório de cada criança, através de *performances* nas redes de divulgação da ONG.

A ongrização dentro da escola.

Direcionando o nosso olhar crítico para a questão da educação pública e o *empreendedorismo da barbárie* (Catini, 2019), segundo estudos da pesquisadora Carolina Catini e da experiência prática e reflexiva de um dos autores deste artigo, podemos afirmar que o alto empresariado também está agenciando a própria rede pública de ensino.

[...] enquanto a outra parte incide sobre o trabalho escolar estatal e o subordina, ao que tudo indica, num contínuo açambarcamento. A diversidade dessa atuação induz a mudanças na escola por meio da implementação de planos de metas e gestão, de introdução de tecnologia, do agenciamento de outras parcerias com empresas ou outras organizações privadas (Catini, 2021, p. 92-93).

Para fins de melhor delimitar o terreno pantanoso da *Ongrização* da Educação e seus tentáculos nas redes públicas de ensino no Estado do Rio de Janeiro, achamos fundamental “não dourar a pílula” e apresentar um relato importante da experiência vivida por um dos autores do artigo:

“Atualmente, atuo como professor de reforço escolar em uma escola pública do Leblon/RJ contratado sem vínculo empregatício por uma ONG, que vou chamar pelo nome fictício de ‘Plantando o novo’, que, por sua vez, recebe financiamento da instituição ‘Amigos da Educação’ (nome também

fictício)”. A ONG recebe o dinheiro da Amigos e contrata o professor, que começa a atender algumas escolas públicas com reforço escolar. Ou seja, é uma *terceirização da terceirização*.

Certo dia de trabalho na escola delimitada para a nossa intervenção, uma professora reclamava de uma tarefa exigida pela Amigos da Educação, na qual ela precisava pausar as suas tarefas pedagógicas formais para cumprir a exigência no prazo. As crianças tinham que escrever uma historinha (turma do 3º ano do ensino fundamental) de algumas páginas (não me recordo a quantidade de páginas), com um roteiro de personagens e lugares preestabelecidos. As historinhas seriam reunidas pela Instituição Amigos na forma de um livro. A educadora corria contra o tempo para realizar a atividade, enfrentando dificuldades com as crianças semianalfabetas, que também tinham que escrever a historinha diante da imposição de uma agenda educativa própria da Amigos da Educação.

A professora, além de cumprir as demandas das práticas educativas formais, precisava atender as pautas das entidades empresariais, como algo do tipo: “*se vira aí!*”. Os docentes dificilmente são ouvidos na construção de uma agenda educativa, apenas recebendo a ordem junto a um *cala-boca e faz o que eu mando porque eu sei o que é melhor para educação pública*.

Uma face do resultado desse processo chegou até o autor-pesquisador desse trabalho por meio de duas crianças participantes de suas aulas. Uma delas apresentou a sua historinha em forma de livro e enquanto o educador dava os “parabéns” e elogiava a escrita do livro, a outra criança fez o “furo” nessa relação, dizendo: “*tio, a professora que escreveu no quadro para ela copiar*”. Em seguida, com vergonha, a criança-autora negou. Certamente, o professor-pesquisador entrevistou para diminuir o constrangimento da criança e estimular a colega a incentivar independente da maneira que o livro foi escrito. Entretanto, para nós aqui, esse processo pedagógico, essa “maneira”, importa muito. O que está em jogo na imposição dessa atividade pedagógica é a *forma* (Bourdieu, 1996). O livro pronto, com uma escrita “correta” e uma apresentação estética (diagramação, com capa e desenhos feitos pela criança) transfigura o conteúdo, como o processo de alfabetização/escrita, em detrimento da ênfase na *forma*, um subterfúgio de uma linguagem/cultura “formal” em processo de (auto) legitimação (Bourdieu, 1996).

A professora diante dos afazeres de sua profissão na rede pública e tendo que aplicar essa atividade para toda a turma no tempo pré-estabelecido, pode ter escrito no quadro para a criança copiar conforme foi dito pela colega, posto que a autora do livro ainda estava em processo de alfabetização com o professor-pesquisador, em que a mesma não alcançara naquele momento o “nível” de escrita daquele livro. A cópia de pequenos textos por parte das crianças para produzir um livro autoral não fazia parte dos objetivos da atividade pedagógica. Mas, na necessidade de “dar conta de tudo”, a professora pode ter usado essa estratégia. Por outro lado, a Amigos da Educação não parece ter consultado as docentes, oferecido suporte e compreendido a realidade de uma sala de aula na rede

pública. Ao final, a *forma* prevalece enquanto o processo é recalcado. Em virtude do término da pesquisa, não podemos investigar mais a fundo essa atividade pedagógica e os seus processos, mas ficamos com as reclamações de algumas docentes citadas anteriormente e a conversa com essas duas crianças.

Certamente, tal atividade pedagógica cujo o “produto final” está formalmente apresentado poderá servir de exemplos à Amigos da Educação e a própria escola de supostos impactos positivos na educação pública, tendo todo o processo pedagógico ocultado.

No que diz respeito ao reforço da ONG Plantando o novo, que estamos analisando, algumas crianças do 3º, 4º e 5º ano eram retiradas de sala por cerca de uma hora e meia, durante o horário letivo, para o reforço em alfabetização. As crianças com defasagens no processo de alfabetização formavam uma turma de 15 a 16 estudantes. A proposta de recuperar a alfabetização não consolidada de crianças do terceiro ano em diante é fundamental, visto que é dificultoso acompanhar a rotina escolar nas séries subsequentes diante de um quadro de analfabetismo, criando uma “bola de neve” na escolarização precária dos estudantes.

Entretanto, esse desafio não é enfrentado com a abertura de concursos públicos para a contratação de mais profissionais da educação; com a construção de escolas públicas em tempo integral, no qual, a criança poderia ter aula de alfabetização no contraturno escolar; com construção de mais escolas para diminuir o número de crianças por turma, sobretudo nas classes de alfabetização; com a universalização do acesso à Educação infantil para todas as crianças como um processo fundamental de pré-alfabetização; tarefas estruturais do poder público, que estão impossibilitadas ainda mais com o novo “teto de gastos”.

Por que a “Amigos da Educação” não injeta dinheiro na recuperação do projeto dos “Brizolões”? Isto é, dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), que, na concepção de muitos autores no campo da educação, constituem uma referência nacional e internacional de qualidade social na Educação Pública brasileira?

Ademais, as organizações empresariais, apesar de declararem uma falsa neutralidade política (Catini, 2021), fizeram campanha política/eleitoral para o ex-presidente Jair Bolsonaro (2019 – 2022), como no caso da mais expressiva entidade financeira no Brasil hoje: o Itaú-Unibanco⁶. Como se sabe, a educação pública “sangrou” no governo bolsonarista⁷.

Terminamos este relato afirmando que o lado oculto da “parceria” precisa ser exposto. Os profissionais da ONG, da “Amigos” e muitos professores da rede, acreditam na benevolência e na

⁶ https://www.esquerdadiario.com.br/spip.php?page=gacetilla-articulo&id_article=26285

⁷ <https://www.sinprodf.org.br/educacao-publica-sangra-no-governo-de-jair-bolsonaro/>

“ajuda” desse novo arranjo em curso. Há um engajamento, nas palavras de Bourdieu (2007), uma *ilussio*. É preciso acreditar que o jogo vale a pena ser jogado, como destacou o autor. A *ilussio* oferece o tesão, a libido, a pulsão para “militar” por essa causa, por esse jogo.

Não é papel das ONGs atuar no ensino regular com a educação pública. Este papel é do Estado. Aliás, um papel que o Estado brasileiro nunca cumpriu, especialmente no cenário pós golpe de estado (2016), reformas antissociais e perdas de direitos, como no governo Jair Bolsonaro (2019-2022). Também, não há convergência de interesses entre a classe burguesa e o povo trabalhador para que a primeira trabalhe militantemente pela causa da segunda, a não ser que esteja trabalhando pela própria causa particular, universalizada para todos e todas (Bourdieu, 2007; Catini, 2021).

Na escola onde trabalhou um dos autores do texto, a “facilitadora” destinada pela instituição Amigos da Educação para fiscalizar os andamentos dos trabalhos chegava questionando e exigindo relatórios para a gestão escolar, mesmo que fosse em um “tom amigável e humilde”, como se fosse a própria gestora pública.

Os professores contratados pela ONG “Plantando o novo” trabalham sem vínculo empregatício, “prestando serviço” em um emprego intermitente e informal, sem garantias sociais.

É um processo em andamento de precarização e flexibilização do trabalho docente e substituição do ensino público pelo ensino privado de ONGs, projetos, instituições empresariais, com diversos impactos trabalhistas e pedagógicos na educação pública. Como nos provoca Catini (2019), o trabalho das ONGs, das Fundações empresariais nas escolas se fundamenta na “Mímese da produtividade empresarial, a lógica de gestão educacional com estabelecimento de metas, avaliação sistemática de rendimento escolar [...] reduzindo o trabalho educativo ao produto.” (p.35).

Outro aspecto importante é em relação às pautas dos grupos historicamente oprimidos, como a população negra, por exemplo. Da mesma forma que o capitalismo reconverteu para benefício próprio as inquietações oriundas da luta de classes, como discutimos, parece haver uma certa “antropofagia” (Boltanski; Chiapello, 2009) das reivindicações dos movimentos identitários e antirracistas atualmente (Souza, 2021). Catini (2021, p. 97) também nos ajuda a entender esse movimento do capital, exemplificando:

Tornou-se corriqueiro que uma fundação como a Tide Setúbal financie, todos os anos, lideranças negras nas periferias que vencem editais com seus projetos “de política institucional, empreendedorismo, carreira corporativa ou ações sociais e culturais”, como no edital Caminhos. Ou que fomente e potencialize, para usar seus termos, “iniciativas lideradas por mulheres negras que têm atuação em áreas periféricas de São Paulo e causam efeitos transformadores nos seus respectivos territórios”, pelo edital Elas Periféricas, criado em 2018. As propostas selecionadas – “as mais potentes” – ganham apoio financeiro e técnico, “assim como mentorias para a gestão em campos estratégicos”. É recente o edital LGBTQ+ Orgulho, do Itaú Unibanco, cujo objetivo é fomentar o empreendedorismo deste “público-alvo”. O

banco vai, assim, estendendo seus tentáculos por meio do agenciamento do trabalho engajado, mediado por seus institutos sem fins lucrativos.

Ainda em diálogo com a autora:

Em qualquer um dos casos – que envolvem serviços de pesquisa, de educação não formal de crianças ou de jovens, formação de educadores e educadoras, trabalhos de desenvolvimento comunitário, empreendedorismo social etc. –, o contratante estabelece os termos do serviço, as metas e o público-alvo no edital. Quanto mais escassas as vagas de empregos formais, mais significativas são as quantidades de propostas que os contratantes recebem, sobre as quais têm o poder de selecionar e atribuir o direito à prestação de serviços por meio de trabalho precário e intermitente, recebendo um “privilégio da servidão”, para utilizar a expressão de Ricardo Antunes (2019) (Catini, 2021, p. 97-98).

Os banqueiros, homens brancos e burgueses, são “antirracistas” agora? As iniciativas e os programas para “minorias” são eficazes objetivamente? Como denuncia o educador popular e comunista brasileiro Jones Manoel, por meio da sua principal forma de comunicação popular (seu canal no *You Tube*)⁸, esse movimento limita-se a debates em torno dos costumes e da estética (que são necessários), mas dificilmente *tocam* em questões de ordem econômica.

Em outras palavras, os banqueiros vão incentivar programas de *empoderamento* para o *empreendedorismo* de mulheres negras, mas não vão taxar as grandes fortunas ou realizar a reforma agrária, que mudaria estruturalmente a vida da população negra. As crianças negras do lixão de Jardim Gramacho, vivendo em um contexto de extrema miséria, tiveram um Curso do Ensino Social Profissionalizante (ESPRO) em parceria com a ONG Colheita, como mencionado, para aprenderem a serem gestores de uma empresa, como se, ao final do programa, os adolescentes tivessem condições objetivas de se tornarem um André Esteves⁹.

O fantástico mundo do neoliberalismo, uma espécie de “surto esquizofrênico” (Catini, 2021), quer mudar as estruturas sociais no discurso e na estética, mas sem mexer na matriz estrutural do Capital. E parece que oprimidos e opressores viraram “amigos”, pois os editais e os programas de incentivos são perseguidos com tanto engajamento, seja por devoção ou necessidade, que não se reflete muito a respeito.

Considerações finais

Finalizamos o presente artigo com algumas considerações, que longe de serem conclusivas, nos impelem a continuar estudando e debatendo a temática da *ONGrização* da Educação brasileira contemporânea.

⁸ Para assistir, acesse: <https://www.youtube.com/@JonesManoel>

⁹ André Santos Esteves é um homem branco, banqueiro, empresário brasileiro, filantropo etc.

Segundo autores como Boltanski e Chiapello (2009), nota-se que o capitalismo é bastante “resiliente”. A dissimulação da dominação como “violência simbólica” (Bourdieu, 2007), ou seja, como algo que não parece uma dominação e que produz com os dominados uma “cumplicidade ontológica” (Peters, 2017) faz com que as ONGs não pareçam que são mantidas por bancos privados (Catini, 2021), e que as intervenções dos projetos sociais não pareçam contraditórias.

A “ONGrização da educação pública” é um processo de *privatização por substituição*, como afirma Carolina Catini. O “novo capitalismo” flexível/financeiro opera o sucateamento do ensino regular público para oferecer como contrapartida a sua educação privada de projetos supostamente “sem fins lucrativos”. As ONGs, sabendo disso ou não, tendo devoção ou não ao sistema, sucumbem à lógica neoliberal, ficando dependentes dela, tanto em termos materiais/econômicos quanto em termos ideológicos e pedagógicos.

As populações pobres, negras, indígenas etc. perdem cada vez mais o aporte institucional do Estado com a sua educação pública, enquanto frequentam cada vez mais projetos sociais com propostas de entretenimento e profissionalização técnica e precária, em consonância com o mercado de trabalho “flexível”. As crianças, com ajuda ou não de projetos sociais e frequentando a rede pública de ensino, estão com alfabetização precária, com déficits socioculturais gravíssimos, os quais não serão resolvidos com “projetos” e “iniciativas” do terceiro setor, mas com uma estruturação do sistema público de ensino, isto é, do Estado.

Clubes de leitura, brincadeiras, cursos de pâtisserie, passeios, rodas de conversa são fundamentais, mas ao não se vincularem com uma proposta pedagógica popular, estruturada e sistematizada, não atenderão ao pragmatismo do mundo social, que exige *capitais, habitus* específicos para o indivíduo não ser “engolido” pelo sistema capitalista, algo que somente o “lúdico” ou intervenções pedagógicas pontuais e fragmentadas não darão conta.

A “cegueira”, a necessidade, a devoção colocam as organizações/projetos nas mãos dos bancos e das empresas, que ditam o que e como deve ser feito na/com a educação dos pobres. Os editais traçam a ideologia, as estratégias, o financiamento, o material didático. Os temas educativos, bem como a sua metodologia de ensino, refletem a lógica neoliberal, como o mote do “empreendedorismo” atravessando os materiais pedagógicos e os discursos docentes.

Como também, essa “pedagogia” se apropria das temáticas contestatórias atuais, como as pautas das relações étnico-raciais e esvaziam o potencial da crítica econômica ao sistema capitalista. Os docentes, diante dessa invasão neoliberal na educação pública, defendem muitas vezes a incursão. Eles acreditam na benevolência e eficácia das intervenções ou racionalizam o processo - quando percebem a dissimulação -, visto que parece não haver outra alternativa.

Esse fenômeno é uma construção política e um dos efeitos da reconversão no modelo de produção e no “espírito” do capitalismo após a segunda Guerra Mundial (Dardot; Laval, 2016). A tendência atual é produzir um amontoado de indivíduos “prestadores de serviço”, e é assim que opera as relações trabalhistas entre os profissionais das ONGs. E mesmo com relações precarizadas de trabalho, os indivíduos “militam” pela causa, ou seja, pela própria dominação. Os docentes acreditam no trabalho das organizações e se percebem como “salvadores” dos fracos e oprimidos.

O trabalho das ONGs é divulgado por meio de um *fetich*e pelo número, com gráficos e tabelas que suprimem o drama e a contradição do cotidiano. As publicidades convidam os oprimidos para darem o testemunho e mostrarem gratidão, criando um imaginário que comove e engaja todos e todas. Os professores recalcam o contraditório, sublimando-o nos momentos *instagramáveis*, com fotos e vídeos novamente comoventes. Assim, a sociedade se engana e os empresários aumentam a ganância e o controle sobre o Fundo público.

Para finalizar, acreditamos ser importante trazer mais um relato/reflexivo de um dos autores do artigo e prestador de serviço durante alguns anos na ONG Colheita no Lixão de Jardim Gramacho/Duque de Caxias /RJ:

“Peço licença para um desabafo: durante os seis anos de atuação como educador popular no lixão de Jardim Gramacho, eu me deparei com uma realidade bárbara e perversa. Elaborando a minha *raiva justa*, como diria Paulo Freire, eu apontava para alguns caminhos de uma educação popular no bairro, escrevendo projetos e atuando em sala de aula. Em 2022, eu criei uma turma de alfabetização de adolescentes, chamada de Turma Paulo Freire – renomeada pelos estudantes como “Tropinha Paulo Freire” - que alfabetizou nove adolescentes com o método das palavras geradoras do Patrono da Educação Brasileira. Foi uma experiência inédita na ONG. Na proposta de universalizar essa experiência para a Instituição (e não só para a minha turma), encontrei uma equipe preocupada com outras coisas.

Os coordenadores estavam preocupados em “ganhar o edital”, receber visitas de pessoas famosas, realizar eventos culturais e seguir com a proposta pedagógica fragmentada, na qual não havia nem um Projeto Político Pedagógico (PPP) norteador. Apesar de apontarem para algumas metodologias, filosofias, conteúdos, não havia nada escrito, estruturado, sistematizado como um PPP. Era apenas um discurso pedagógico. O que para mim era prioridade e urgente, para eles parecia algo supérfluo em detrimento de outras demandas.

O projeto de alfabetização popular apresentado por mim não requeria financiamento, apenas planejamento, trabalho sério e competência dialógica. Entretanto, além das questões que discutimos, podemos encontrar, em alguns casos, má-vontade e má-formação nos profissionais, o que dificulta ainda mais uma intervenção transformadora por meio dos projetos sociais.

A bola de neve não para. O projeto não saiu e eu tive que sair do projeto, porque os rumos da Instituição estavam, para mim, em caminhos errados. As crianças, objetivamente, precisavam ser escolarizadas, o que requer pensar uma proposta pedagógica para além de qualquer ludicidade e entretenimento.”

Para finalizar, trazemos uma reflexão em diálogo com Pierre Bourdieu (2007), visto que o nosso mundo social não é relativo. Não adianta apenas acolher e brincar com as crianças pobres, porque o mundo não acolhe e brinca com pessoas pobres, sobretudo as pretas e da “ralé”. E essa afirmação não defende o não acolhimento e a ausência de brincadeiras e da ludicidade nos processos pedagógicos, em uma educação que efetivamente não seja bancária, mas busca rebelar um afeto, que parece ser muito ingênuo e romântico.

A educação popular é subversiva, crítica e permeada por metodologias políticas e dialógicas. Os projetos sociais que também disputam a escola precisam fundamentar pedagogicamente e de forma crítica o que fazem e como fazem. É necessário identificar os reais inimigos da educação pública, que não são as escolas e profissionais da rede. Os financiamentos podem vir também por meio dos coletivos, como movimentos sociais, e não apenas pelos bancos. As propostas pedagógicas não devem ser pautadas pela “pedagogia do empreendedorismo”, mas pela *educação como prática da liberdade*. Precisamos desconfiar quando uma suposta iniciativa popular é feita por uma Instituição como o Itaú. Precisamos desconfiar e suspeitar, da mesma forma que os empresários desconfiam e suspeitam de qualquer mobilização verdadeiramente popular.

Certamente, para quem está no dia a dia dos projetos sociais, o empresariado se invisibiliza ainda mais e interage por meio de relações terceirizadas. Os “capangas”, às vezes, somos nós mesmos, atuando em nome do Capital, acreditando que estamos subvertendo o sistema.

Diante disso, a lucidez precisa ser recuperada. A reflexão crítica, suprimida pelas emoções corporais, potencializadas pelas redes sociais, precisa ser reforçada. Não é nas redes que mudaremos as realidades sociais, mas no trabalho sério, político e crítico produzido nos diferentes coletivos sociais. Assim, fotos e vídeos propagandistas e marketeiros precisam ser avaliados com distanciamento reflexivo.

A imagem, o imaginário, pode estar a serviço da dominação. As ONGs precisam ter parâmetros éticos para não viverem um *alter ego* nas redes, enquanto o dia a dia não é tão *instagramável* como exposto. Assim como o tratamento de dados, que se estiverem reduzidos ao *fetichismo* numérico, pintarão um quadro por cima do sangue pisado, pois, apesar de o Jardim Gramacho estar repleto de projetos sociais, de pessoas trabalhando com amor e boa-vontade, a miséria continua. E as fundações ficam mais ricas e poderosas, acumulando poder e destruindo o sentido *Público* da escola pública

brasileira. Nesse sentido, torna-se urgente desvelar e disputar a agenda conservadora que está aprisionando a escola pública por meio de uma reforma empresarial da Educação (Freitas, 2018).

Referências

- BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, È. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- BOURDIEU, P. **Meditações Pascalianas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BOURDIEU, P. **A economia das trocas linguísticas**. São Paulo: Edusp, v. 116, 1996.
- CATINI, C. Educação e empreendedorismo da barbárie. In: CASSIO, Fernando (org.). **Educação Contra a barbárie**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- CATINI, C. A educação bancária, "com um Itaú de vantagens". **Germinal: Marxismo e educação em debate**, v. 13, n. 1, p. 90-118, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/43748>. Acesso em: 25 fev. 2024.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. **A Nova razão do Mundo**: Ensaio sobre a Sociedade Neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.
- GORZ, A. **Abschied vom Proletariat**. Jenseits des Sozialismus. Frankfurt am Main: Eu-ropäische Verlagsanstalt, 1980.
- FREITAS, L. C. **A Reforma Empresarial da Educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo Expressão Popular, 2018.
- PETERS, G. De volta à Argélia. A encruzilhada etnossociológica de Bourdieu. **Tempo social**, v. 29, p. 275-303, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/GjFQbPV985Z7mRFPnCtn3Jz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 fev. 2024.
- SOUZA, J. **Os batalhadores brasileiros**: nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.
- SOUZA, J. **A ralé brasileira**: quem é e como vive. São Paulo: Editora Contracorrente, 2018.

Recebido: 03/04/2024

Aceito: 28/06/2024

Received: 04/03/2024

Accepted: 06/28/2024

Recibido: 03/04/2024

Aceptado: 28/06/2024

